



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

São Paulo, (Brasil) 8 de *Carubio* de 1953.

N. 2772

Exmo.Sr. Dr. Gustavo Lessa.

Saudações.

Procurando corresponder à confiança com que V.Exa. nos distinguiu, encarregando-nos de opinar a respeito do plano que, por incumbência do Ministério da Educação, o Prof. Carlos Delgado de Carvalho organizou, para um manual de História Geral destinado a professores do ensino secundário, julgamos necessário principiar por algumas considerações de ordem exclusivamente pessoal sobre o ensino da História naquêlê grau escolar, como prévia justificativa do nosso parecer concernente ao referido plano.

Dado que o projetado manual é destinado a professores, e que tem como objetivo apresentar uma concepção da matéria e um método para o seu ensino, é claro que o elemento fundamental que deve presidir à sua organização está relacionado com os alunos aos quais será ministrada a disciplina em questão, e quer-nos parecer que, partindo de um exame dêstes alunos é que deveremos iniciar a elaboração de um plano desta natureza, muito embora o manual tenha como finalidade orientar o professor. Na verdade, não teremos necessidade de levar em conta, aqui, uma série de aspectos didáticos que deveriam ser considerados num manual a ser utilizado pelos estudantes. Poderemos libertar-nos da maior parte de preocupações dêste tipo, no que diz respeito à exposição da matéria, o que nos permite tratar do assunto em nível mais elevado, contando com o preparo especializado que o professor já deverá apresentar. Mas, de qualquer modo, o aluno é que se constitui no legítimo objetivo do ensino, e o exame de sua posição é que deve orien

tar o manual para professôres, tanto de História como de qual  
quer outra disciplina. De maneira geral, parece-nos que de  
dois pontos de vista, pelo menos, devem ser os educandos con-  
siderados quando se discute o caso especial do ensino da His-  
tória: em primeiro lugar, quanto à própria constituição huma-  
na do corpo de estudantes; e em segundo, quando à relação en-  
tre êstes estudantes e a disciplina cujo ensino lhes deve ser  
ministrado. Ora, no que concerne aos nossos estudantes, consi-  
derando-se a questão de um ponto de vista muito geral (pois,  
do contrário, seríamos levados a alongar de muito as nossas  
considerações e, portanto, atrazariamos consideravelmente a  
entrega do nosso parecer), dois fatos chamam, acima de tudo a  
nossa atenção: a) - Trata-se de alunos sul-americanos, viven-  
do num país e num continente que, no conjunto da civilização  
do Ocidente, apresentam-se como sendo de origem colonial. In-  
tegrados na civilização ocidental, é claro, mas que jamais po-  
deriam ser considerados do mesmo modo que os seus colegas eu-  
ropeus. b) - Além disto, ainda, são alunos das mais diversas  
ascendências, do ponto de vista da nacionalidade. É normal, pe-  
lo menos em São Paulo, encontrarem-se, numa determinada sala  
de aula, descendentes de luso-brasileiros sobrepujados em nú-  
mero pelos descendentes de italianos, sírios, israelitas, ja-  
poneses e alemães, entre outras nacionalidades de menor re-  
presentação. Ora, trata-se de uma nova camada de brasileiros  
que se está formando e que se funde à, já existente, de luso-  
brasileiros. Evidentemente não é cabível que tais alunos se-  
jam olhados pelo mesmo prisma através do qual são vistos os  
estudantes franceses, alemães ou inglêses, por exemplo, que  
se apoiam sôbre séculos de uma firme tradição e que estão in-  
tegrados em nacionalidades cuja legítima solidez já passou  
por um mais do que suficiente número de provas. E a diferença  
que existe entre o estudante brasileiro e o europeu impede-nos,  
ab initio, de recorrer aos manuais europeus como modelos para  
a organização de um manual brasileiro, no que diz respeito aos  
princípios orientadores da apresentação da matéria. É claro  
que a disciplina é uma só: História da Civilização, aqui como

lá. Mas a relação entre os alunos e a disciplina é que é outra, e esta relação é que se constitui no elemento da maior importância quando se procura determinar a maneira mais acertada de se ministrar o ensino da matéria. Podemos sintetizar esta relação, aliás, numa pergunta que ligue os seus termos: - Que poderá o aluno, como indivíduo e como membro de uma coletividade, esperar do ensino da História no curso secundário? - Ao contrário do que acontece com outras disciplinas, não poderá ele esperar, aqui, uma aplicação prática, excetuando-se os poucos estudantes que pretendam dedicar-se futuramente ao magistério. Exatamente em virtude deste fato é que, numa época e num país em que o utilitarismo e a incompreensão, o desinterêsse, quando não o próprio desprezo do abstrato, se apresentam como forças dominantes na concepção de vida da generalidade, a verificação da resposta à pergunta acima formulada se nos afigura da maior importância. Procurar trazer, então, o campo da História para o mais perto possível dos estudantes, e apresentá-lo sempre de maneira que estes o sintam como integrado na esfera do concreto, e não como uma abstração, tal esforço parece-nos indispensável para que o ensino da História possa corresponder a alguma real finalidade na formação do estudante. Quer-nos parecer que, do seu curso secundário de História, este poderá esperar, primeiramente, elementos que lhe permitam localizar-se devidamente no tempo e no espaço histórico, fornecendo-lhe as bases sobre as quais lhe será possível sentir-se perfeitamente integrado, tanto no campo mais restrito da sociedade em que exerce suas atividades, como nos âmbitos muito mais amplos de civilização ocidental e de Humanidade. Em segundo lugar, caberá à História proporcionar aos educandos também um fundo de cultura geral, e dificilmente seria encontrada disciplina melhor aparelhada para tal fim. Noções de história da Arte, da Filosofia, da Literatura, das Ciências, poderão ser ministradas, sempre dentro do campo histórico, é claro, e não isoladamente, uma vez que, aqui, o mais interessante será exatamente a apresentação destes diversos setores de maneira harmônica, conjuga-

dos entre si e também com o campo social, político e econômico em que se verificam as atividades com êles relacionadas. Tratar-se-ia, assim, do que acreditamos poder chamar de "paisagem histórica" de uma região num momento dado, ou de uma época em todo o Mundo Ocidental, ou mesmo além dos seus limites, conforme o caso. Evitar-se-ia, assim, o que consideramos uma falha grave: a apresentação da matéria com a predominância absoluta do seu aspecto político, entremeada de desconsoladoras notícias sôbre as atividades culturais ou as características sociais e econômicas de países ou épocas. A História, abrangendo o conjunto de atividades humanas na sua permanente inter-comunicação, fica, através dêste lamentável sistema, reduzida a uma série de narrativas de guerras e revoluções entrecortada de listas de nomes de artistas ou cientistas. Ao contrário, a apresentação pelo sistema que, segundo uma expressão que deixamos fora de qualquer dúvida -, nos veio à mente apenas com o intuito de esclarecermos o mais possível o nosso modo de pensar, convencionamos chamar de "paisagem histórica", permitirá alargar os horizontes do educando, habilitando-o a considerar com muito maior raio de visão o próprio mundo em que vive. Não se deve excluir, ainda, a possibilidade de que a verificação das relações constantes, num momento dado, entre os mais diversos setores de atividades humanas, contribuisse para aguçar a inteligência do aluno, dotando-o de maior capacidade para exercer esta tão importante operação mental do estabelecimento de relações entre fatos aparentemente isolados entre si.

Feitas estas considerações, podemos passar aos princípios gerais que, pensamos, devem ser levados em conta na organização de um programa de conformidade com o que foi pedido pelo Ministério da Educação. Já faremos, então, ocasionalmente, algumas críticas ao plano do Sr. Prof. Carlos Delgado de Carvalho, plano êste que nos ocupará particularmente a seguir.

Inicialmente achamos que não cabe, de maneira alguma, ao ensino da História, a missão de dar explicações aos fatos históricos, motivo pelo qual, pelo menos dentro dos limites de um curso secundário, julgamos com a maior desconfiança o emprego da expressão "relações de causalidade". O legítimo

objetivo d'êste ensino é, de nosso ponto de vista, o mundo his  
tórico, agindo permanentemente sôbre nós como uma fôrça viva  
que condiciona as linhas mestras de orientação da vida do ho-  
mem em sociedade. Partindo daí é que, naturalmente, a organi-  
zação de um programa de ensino deverá ser feita na base da  
consideração da Antiguidade Oriental, do mundo greco-romano,  
da Idade Média e dos tempos modernos do ponto de vista do pre  
sente, no qual vivem os alunos. Evidentemente, é mais difícil  
a apresentação da Antiguidade do que da Idade Média, e da Ida  
de Média mais do que dos tempos Modernos. Quanto à Antiguída-  
de, parece-nos que o meio mais seguro de estabelecer a sua li  
gação com o mundo moderno seria o de se examinar a questão de  
como e por quê êste mundo moderno tomou contacto direto com o  
antigo. Deslocaríamos, assim, de início, o campo de ensino,  
dos milênios anteriores a Cristo (dos quais o educando difi-  
cilmente poderá fazer uma idéia, e que, no ensino secundário,  
até agora, apenas deixou uma série de normas e de datas de  
pouquíssimo ou nenhum significado na memória do estudante), pa  
ra os séculos XIX e XX. Como se realizaram as grandes desco-  
bertas arqueológicas que nos revelaram amplos setores da Anti-  
guidade, como foram decifrados os sistemas de escrita do Ori-  
ente, tais seriam as portas de entrada para a compreensão de  
idéias gerais sôbre o mundo oriental e pré-helênico. A redução  
ao mínimo possível da história política do Oriente antigo pa-  
rece-nos que em nada prejudicaria a formação do educando, e  
mesmo os traços das civilizações orientais seriam examinados,  
não por si mesmos, mas em função de suas contribuições para o  
desenvolvimento do mundo grego. Quanto ao Extrêmo-Oriente, por  
enquanto, apenas uma ou outra referência, na medida em que is  
to interessasse à maior compreensão de certos traços de civi-  
lização Oriental. A Grécia e Roma seriam estudadas principal-  
mente do ponto de vista do seu papel na formação da própria  
civilização ocidental, reduzindo-se, também aí, a parte polí-  
tica em favor da cultural. Com a Idade Média já a política te  
ria maior importância, dando-se grande atenção à gênese dos  
estados europeus. Naturalmente, isto em harmonia com os diver

sos setores da civilização medieval. Não se compreenderia, por exemplo, que se desse maior relêvo à Guerra dos Cem Anos do que ao movimento intelectual do século XIII ou ao desenvolvimento do estilo gótico. Ao chegarmos aos tempos modernos, então, poderíamos mais facilmente tentar uma apresentação da matéria segundo os traços fundamentais que caracterizam os nos sos estudantes, como vimos acima. Não pensamos ser fácil, aqui, cumprir aquilo que muitos educadores europeus hoje em dia reclamam: a "deseuropeização" da História. Talvez seja mesmo mais fácil de se satisfazer a esta exigência na Europa, do que na América, cujos países, todos de origem colonial, tão visceralmente se acham ligados ao continente europeu. O que julgamos necessário, entretanto, é tratar da história dos tempos modernos sempre com os olhos voltados para o cenário colonial americano, apresentando a América, em geral, e o Brasil, em particular, enquadrados na História, nos seus devidos lugares, dentro dos princípios gerais do que chamamos de "paisagem histórica", isto é, repetimos, abrangendo-se de maneira harmônica o maior número possível de setores de atividades humanas num momento dado. Ser-nos-ia facultado assim, por exemplo, estudar aspectos relativos ao Brasil dentro do âmbito da expansão comercial britânica no século passado, o desenvolvimento da idéia de nacionalidade na América Latina em ligação com o Romantismo, a importância da cultura francesa na formação dos ideais políticos e sociais na sociedade brasileira, e a própria exploração do hinterland sul-americano partindo-se do desenvolvimento científico europeu que levou os alemães, principalmente, à realização de tão importantes viagens na América do Sul. Estas questões, de que nos lembramos de momento, e que mencionamos apenas para que possamos deixar mais claro o nosso modo de pensar, não têm ocupado, ao que sabemos, o seu devido lugar nos manuais de História para o curso secundário, e pensamos que devem ser propositalmente incluídas num manual de História Geral, e não de História do Brasil ou da América, porque só assim seria possível fazer-se com que os países de origem colonial se enquadrassem no panorama da História, que

é geral e que apenas artificialmente pode ser restrita a limites políticos ou geográficos. Isto não impediria, é claro, que se organizasse também um manual de História do Brasil dentro de moldes diferentes dos que têm sido seguidos até agora. Ainda na apresentação dos tempos modernos queremos lembrar 3 outros pontos que julgamos serem merecedores da maior atenção. O primeiro, referente ao movimento emigratório europeu e asiático nos séculos XIX e XX, como questão ligada à própria formação do povo americano, em geral. O segundo, concernente ao despertar da Ásia, não se deixando de lado os reflexos culturais que o Ocidente recebeu do Extremo-Oriente; seria aqui, pensamos, a ocasião de se tratar dos grandes traços da cultura extremo-oriental. O terceiro, visando à comparação, sempre que possível, do desenvolvimento dos Estados Unidos com o da América Latina (Brasil particularmente), sempre dentro do quadro geral da História. Passando-se à questão do material documentário que acompanharia cada capítulo - gravuras, mapas, etc., - deveria ser escolhido em harmonia com o sistema de exposição da matéria, não se restringindo jamais ao campo político. Além disto, seria também recomendável que fôsem, por vezes, utilizados textos puramente literários como base de explicação histórica, para se desenvolver no professor (e, por seu intermédio, nos alunos), a noção do "testemunho histórico", isto é, a noção de que tudo que nos é legado pelo passado, assim como o que é produzido pelo presente, pode ser encarado do ponto de vista do seu conteúdo histórico, como um verdadeiro testemunho de uma época ou de um momento considerados. Uma poesia de François Villon ou um trecho de Dickens, por exemplo, forneceria ótima oportunidade para que se chegasse ao conhecimento de muitos traços da França do século XV ou da Inglaterra do século XIX.

Com o intuito de abreviar o nosso parecer, passamos a fazer algumas rápidas considerações ao projeto do Prof. Delgado de Carvalho. Em primeiro lugar, impressionou-nos desfavoravelmente a inexistência de uma justificativa prévia do plano apresentado, o que não nos permite conhecer os princípios de que o Autor partiu para a organização de seu projeto. No

"Plano Didático" que precede o "Plano de Unidades", encontramos frases que não nos parecem suficientemente claras, ao lado de outras que supõem idéias com que não concordamos. Entre as primeiras estão as seguintes:

- a) "Os objetivos visados nos fatos históricos a focalizar".

Ora, terá um fato histórico um objetivo ? - Qual o objetivo, por exemplo, da crise de 1929, que é, indubitavelmente um fato histórico ? - Ou o objetivo dos abalos pelos quais passou o Império Romano no século III ? - Ou, ainda, de qualquer guerra, uma vez que o objetivo é do fato, e não das partes nele envolvidas ?

- b) "O quadro geográfico e sua interpretação econômica e social".

A rigor, aqui, trata-se da interpretação social do quadro geográfico, e não conseguimos compreender como, por exemplo, se pode interpretar socialmente a península Itálica ou as planícies russas.

- c) "Quais seriam as "palavras-chaves a discutir" ?"

Tratar-se-ia de um mero vocabulário dado previamente para a melhor compreensão do ponto ? - Neste caso não seriam palavras-chaves. Tratar-se-ia do emprêgo da filologia como ramo auxiliar da História ? - Concordamos em que seria muito bonito e muito útil, mas não fácil de se pôr em prática; lembremos, a título de exemplo, as digressões complicadas a que daria lugar o vocabulário do Feudalismo ou da Cavalaria Medieval nos diversos países europeus.



Quanto às idéias com que não concordamos, acham-se elas contidas principalmente no item c) da terceira parte do "Plano Didático": "A perspectiva histórica: relações de causalidade". Aliás, já nos referimos à nossa desconfiança quanto à questão da causa em História.

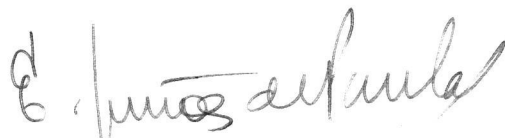
No que se refere à Documentação, concordamos em que se trata, realmente, de um elemento indispensável ao manual. Mas já o "Plano de Unidades" nos confunde, uma vez que não nos fornece elementos suficientes para que possamos apreciar nos seus detalhes o projeto do Prof. Delgado de Carvalho. À primeira vista, trata-se de um plano baseado na cronologia e que nada apresenta de novo. Vimos acima que não concordamos com o estudo do Extremo-Oriente da maneira como aí se encontra situado, e ficamos sem saber qual será o conteúdo da Unidade II, dado que o seu título é o mais sumário que se possa imaginar: "Antiguidade clássica no Mediterrâneo: Grécia e Roma". Procurando compreender, recorreremos à página 3, onde está o plano esquemático do desenvolvimento de cada unidade, e confessamos que, então, nada entendemos, uma vez que seríamos levados a aplicar as relações de causalidade, incluídas no item 2., à Grécia e a Roma. Ora, causas da Grécia? - Causas de Roma? - Confessamos não compreender. E como discutir com os alunos um plano sobre A Grécia? - Disporiam eles de base suficiente para discutir um tão amplo assunto de um só vez? - Nas duas unidades consagradas à Idade Média não encontramos lugar, por exemplo, para o desenvolvimento das Universidades ou dos estilos medievais, ou ainda, para aspectos econômico-sociais. Porque, ainda que se aplique o que se encontra previsto no item 4, da página 3, das duas uma: ou não teremos, dentro dos títulos propostos, oportunidade para chegar aos pontos acima lembrados, ou teremos que violar o plano do Prof. Delgado de Carvalho.

Estas, as ligeiras considerações que - frizamos -, dentro da urgência com que foram solicitadas na carta de V. Exa. (o que explica a relativa superficialidade e a rapidez

com que fomos forçados a tratar do assunto), podemos apresentar ao plano de manual para o ensino de História Geral de autoria do Prof. Delgado de Carvalho. Lembrando, mais uma vez, que apenas demos a nossa opinião, sem o intento de desmerecer o esforço de quem quer que seja, agradecemos a confiança em nós depositada.

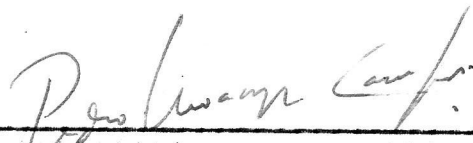
Solicitamos, outrossim, permissão para divulgar esse nosso parecer na Revista de História, omitindo o nome do autor do plano. Pediríamos, encarecidamente uma resposta neste sentido.

Sem mais, aproveitando o ensejo reiteramos a V. Exa. protestos de alta estima e distinta consideração.



---

E. Simões de Paula  
Prof. Catedrático da Cadeira de  
História Antiga e Medieval.



---

Pedro Moacyr de Campos  
Livre-docente e assistente da Ca-  
deira de História Antiga e  
Medieval.

Discussão dos planos dos manuais de história geral e do Brasil, apresentados respectivamente pelos Professôres Carlos Delgado de Carvalho e Americo Jacobina Lacombe.

Foram endereçados convites para uma reunião a 20 de julho de 1953, aos seguintes Professôres:

Eremildo Vianna  
Helio Vianna  
Jayme Braga Vieira da Fonseca  
Jayme Coelho  
Roberto Piragibe da Fonseca

Por sugestão do Prof. Jayme Coelho, trazida pelo Dr. Delgado de Carvalho, a reunião foi adiada para 24, tendo sido participados telefonicamente os diversos convidados.

Sexta, 24, compareceram os Drs. Delgado, Lacombe e Helio Vianna. O Dr. Vianna fez algumas observações no intuito de aperfeiçoar o plano Lacombe, com o qual está de acôrdo em linhas gerais, notando que o mesmo se baseia num programa formulado pelos dois, há alguns anos. As suas observações foram as seguintes:

1 - Deve ser acentuado que a bibliografia seja crítica.

2 - Na referência a "grandes autoridades", deveria ser feita a restrição "no assunto".

3 - As invasões holandêsas e francêsas deveriam ser chamadas incursões. Dr. Lacombe de acôrdo.

4 - Nota que o assunto do govêrno geral, tratado na segunda unidade, fica restrito ao século 16. Lacombe adverte que a unidade 7 volta ao assunto.

5 - Nesta mesma unidade propõe substituir regionais a locais. Aceito.

6 - Na unidade 8 propõe "movimento contra a metrópole" e não "movimentos nativistas". Aceito.

7 - Na mesma unidade objeta à expressão "inconfidência mineira", por denotar pejorativamente traição. Lacombe

aduz argumento da tradição semântica para conservar a expressão.

8 - Acha haver demasiadas unidades para o governo de Pedro I.

9 - Na unidade 20, acha que "a crise política de 1937" deve ser substituída pelo "golpe de Estado de 1937".

---

O Prof. Jayme Coelho, não tendo podido comparecer a 24, aquiesceu a comparecer a 30, depois que eu lhe declarei nada ter ficado resolvido em definitivo. Vieram também: Delgado e Lacombe. Fez o Dr. Jayme as seguintes objeções que recaem sobre os dois planos:

1 - O número de páginas está mal distribuído pelos dois trabalhos: 600 para história geral; 800 para história do Brasil. Foi achada justificada a objeção.

2 - Deveria haver no começo um capítulo sobre metodologia e sobre obras, arquivos, bibliotecas, coleções e bibliografias a consultar. Exemplificou com o programa de autores por ele dados no Instituto de Educação. Foi resolvida a adaptação desse programa.

3 - É veementemente antagonista à divisão do assunto por unidades, achando que perturba a visão cronológica dos acontecimentos. Não aceito esse ponto de vista.

Em relação especificamente ao plano Lacombe:

1 - Acha que na primeira unidade a "Formação de Portugal" prenuncia um desenvolvimento demasiado do assunto. Lacombe diz que se trata apenas de noções fundamentais.

2 - Na "expansão territorial" não está nitidamente incluída a "expansão para o sul". A conquista deve ser "do nordeste" e não do "norte". Não está de acordo com a expressão "domínio espanhol". Lacombe de acordo com a segunda objeção.

3 - Acha que o programa atual foi seguido mais de perto do que necessário.

Com relação especificamente ao plano de história geral.

- 1 - Acha que falta aludir às outras civilizações além das florescidas em torno dos quatro vales.
- 2 - Falta referência à época bizantina.
- 3 - Referência às Americas muito limitada.

---

Procurei obter opinião do Prof. Eremildo Vianna que, após insistência minha, acertou encontro no dia seguinte, 3 de agosto, às 13 horas, mas não compareceu.

---

Sobre o plano de história do Brasil, foi pedido parecer aos Profs.: Dante Laytano, no Rio Grande do Sul, José Wanderley Pinho<sup>Babier</sup> (ambos das respectivas Faculdades de Filosofia), em carta datada de 9 de julho (deve ter havido engano na data, e ser de 9 de agosto). Não veio resposta.

---

Sobre o plano de história geral, foi pedido parecer, em carta a 5 de agosto, aos Profs. Euripedes S. de Paula, Eduardo d'Oliveira França e Alice P. de Canabrava, os dois primeiros da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e a última da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas. Nenhum respondeu. *Em outubro veio resposta do primeiro.*

*Justo Serra*

Rua Nave, 27 de out.  
1953

Pezano aumo e abço

Dr. Grestaro Letta,

Li com atenção e interesse o parecer do parecerista catódrico da Univer-  
sidade de São Paulo, Dr. Luísa de Paula,  
datado de 8 do corrente e que tem o  
aumo a gentileza de me comunicar.

Tive a satisfação de ver que as  
ideias expressas na primeira parte do  
Parecer coincidem com as que implici-  
tamente se acham criticas na justifi-  
cativa para que apresentei ao aumo,  
mas que não chegaram ao conhecimento  
do autor do parecer.

Confesso que os aspectos didáticos,  
que o professor paulista preferiu afas-  
tar das discussões, me preocuparam mais  
do que a "narrativa" sobre a qual recaem  
a maior parte de suas observações.

Acredito que deve ser levada  
em consideração o tipo de aluno subme-  
nicado que visa o curso de História,  
Lembrando, entretanto, que cabe neste  
setor maior responsabilidade ao Conferen-

dia da História do Brasil, Também planejado pelo autor.

Estou perfeitamente de acordo em "procurar trazer o campo da História para mais perto possível dos estudantes," de "localizar no tempo e no espaço, os seus momentos mais importantes, e a "proporcionar Também um fundo de cultura geral," aos educandos. Longi de mim, por fim, a ideia de uma "representação da matéria com predileção absoluta de seu aspecto político."

Se me fosse permitida aqui uma referência pessoal, eu brevemente gostaria de não ter enviado ao meu querido colega de São Paulo um exemplar de minha "Didática das Ciências Sociais" publicada pela Secretaria de Educação de Minas Gerais e traduzida para espanhol pela Editorial Capeluz de Buenos Aires, assim como de não ter enviado exemplares de minhas "Fundamentos de História" editados pela Companhia Editora Nacional de S. Paulo. Meus melhores cumprimentos assim

chegado ao combocramento de meu  
 foram colega ... algo "foram" porque  
 sou professor de História desde 1903!

Já não estou mais de pleno  
 acordo com o Parecer quando é dito:  
 "Juridicamente achamos que não cabe  
 de maneira alguma no ensino da  
 História a missão de dar explicações  
 aos fatos históricos ..." A Jurito que  
 nem sempre estamos em condições  
 de dar todas as explicações, mas  
 algumas relações de causalidade me  
 parecem úteis. Por exemplo, o estudo  
 do Antigo Regime que precedem a Revolu-  
 ção Francesa, explica muitas fei-  
 ções desta revolução ... A Grande Jure-  
 ra teve precedentes que a determinam.  
 Além, o próprio parecer alude,  
 com razão, a "relação constante entre  
 os diversos setores das atividades huma-  
 nas" e mais adiante define clara-  
 mente, a meu ver, "o mundo histó-  
 rico agindo permanentemente sobre nós  
 como uma força viva que condiciona  
 as linhas nossas de orientação da



da vida se houvem em sociedade"  
 Como "condicionar" sem influir e  
 como influir sem estabelecer relações  
 de causalidade? "Buscar a causa,  
 diz Henri Berg, é procurar compre-  
 der a mudança e dela se inteirar."

O parecer recomenda acer-  
 tosamente, a "des<sup>eu</sup>europização" da  
 História Contemporânea. No meu  
 Plano, o enunciado coliga-se ter  
 observado que das sete unidades  
 sobçadas, três são relativas a região  
 extra-européia, uma é de teor mun-  
 dial e três apenas são relativas à  
 Europa e ao Oriente. Do mesmo  
 modo, o coliga-se ter visto que os  
 assuntos que recomendam estas in-  
 cluções em unidades distintas:

O "Movimento Migratório" está na  
 XIIª Unidade, o "Extremo-Oriente" é  
 objeto da XVª Unidade e o "Desenvol-  
 vimento dos Estados Unidos e da América  
 Latina" constitui a XIVª Unidade,  
 incluindo o Brasil.

Quanto às críticas formuladas no *Parcer*, cabe-me responder do seguinte modo.

1. "Ora, terá um facto histórico um objectivo? Qual o objectivo, por exemplo, da crise de 1929?...."

A observação do ilustre colega tem incertos e talvez até sua razão de ser. Foi de facto omitida a palavra principal "ensiuamento" - A frase toda seria "Objectivos vitados no ensiuamento de factos históricos a focalizar"

2. "Não conseguiremos compreender como, por exemplo, se pode interpretar socialmente a península itálica ou as planícies russas."

No principio deste século, meu professor na Escola de Ciências Políticas de Paris, o saudoso Albert Sorel, costumava repetir em aula: "Ao estudar a história da Inglaterra, nunca esqueça que é uma ilha!" Já, em 1804, em carta ao rei da Prússia: "A política dos Estados, diz o Napoleão, está na sua geografia." Dois grandes geógrafos franceses Brunhes e Vallaux escreveram:

"A História nos conta uma vida da humanidade sempre mais coordenada, subestruturada e coletiva, recebendo a geografia a missão de nos ilustrar esta demonstração." Pois não foi a Polónia submetida a trágicas condições históricas pelo facto de se achar "nas planícies russas", varridas pelas invasões e sujeitas a condições económicas, sociais e políticas que, devido a suas montanhas, a Suíça não conheceu? Em que consistiria a Quarta do Oriente se os Estreitos do Bósforo e Dardanelos não lhe condicionassem os episódios? Como teria nascido a ideia política das fronteiras naturais se não tivessem<sup>elas</sup> auxiliado a formação dos grandes Estados modernos? Como negar os imperativos do meio físico?

"O Rio Dniepre fez a Rússia bizantina, disse Ravaud, como o Volga a fez asiática; foi o Neva que a Fernou europeia." Esta frase lembra outra de Hauotaux: "Palerma encara a Europa, Agrigenta a Africa e Siracusa a Grecia; a Trinacria realiza assim a sua fórmula completa, sua triplice orientação e sua triplice destino."

3. "Quais seriam as palavras-chaves a distinguir?" diz o Parecer, "seria muito bonito e muito útil, mas não fácil de se pôr em prática"

Mais uma vez, verifico um desacordo Falry provocado pela errônea interpretação da

expressão "palavras-chaves": Trata-se aí, não de "depressão complicada", nem de "emprego na filologia como ramo auxiliar da História", mas apenas de um método útil, muito usado, aliás, como ponto de início de uma palestra em aula.

Por exemplo, ao tratar, em IIª série coligada, do Período de Entre-guerras, o mestre principia a discussão perguntando: "Quem foi o Tigre?", pretexto para falar de Clemenceau e do Tratado de Versalhes. Seguindo o interesse que pode despertar uma explicação, ele costuma usar outra palavra-chave, como "depressão", "tebeka", "putch", ou "Concordata". É um tipo simples de motivação, de fácil emprego.

4. "Mas foi o Plano de Unidades nos confunde... A primeira vista trata-se de um plano baseado na cronologia e que nada apresenta de novo.... Como discutir com os alunos um plano sobre a Grécia?"

Não há nisso, de fato, inovação nenhuma tentada neste "plano de unidades". É apenas a feição geral dos programas em vigor, de acordo com o conceito de unidade em didática moderna. Não são

necessariamente cronológicas. Na Unidade "Expressão e Colonialismo", por exemplo, cabem referências circunstanciais das a fatos anteriores aos que trata a Unidade anterior, "Democracia e Nacionalismo - ~~Ex~~ Preponderância alemã".

No Plano apresentado, não foi visado um índice da matéria, mas uma simples indicação, um título que comporta tudo que for julgado essencial, dentro de certas proporções.

Não se trata de "discutir planos sobre a Grécia com os alunos"; não se fala em "causas de Roma" nem de "causas da Grécia". Estas expressões não se acham no projeto apresentado e não deixo de estranhar que tenham surgido - a menos que seja por ironia - o que não posso acreditar, da parte de um eminente colega.

Continuando a disposição do anojo para responder a todas as críticas construtivas, subscrevo-me sem culpa dedicada

Chelgo de la Cruz



Em 1º de dezembro de 1953

Prezado amigo dr. Lessa

Recebi, com muito agrado sua carta de 23 último acêrca das críticas do meu colega José Honório Rodrigues.

1. Parece-me que a resposta é extremamente fácil. A desproporção entre a História do Império e a História Colonial é o resultado do maior interêsse que devem despertar os acontecimentos à medida que se vão aproximando os tempos presentes. Todo o mundo sabe que o horror despertado pela História do Brasil vem da insistência em acontecimentos que não despertam nos alunos a menor emoção. Capitanias Hereditárias são palavras fatídicas que fazem perder a alegria a muita criança. Quando queremos exemplificar o tédio provocado pelo mau ensino de nossa história, a primeira coisa que nos ocorre é a lista dos comandantes holandeses. Quando se vai podendo apelar para uma iconografia mais abundante, (a iconografia colonial é paupérrima) e para fatos mais citados na conversação habitual, é muito mais fácil - e mais conveniente - aprofundar-se o estudo. Basta lembrar que alguns milênios da História Antiga são estudados em equilíbrio com um milênio da Idade Média, três séculos da História Moderna e dois da Contemporânea.

Além disso as unidades relativas ao Brasil independente são muito mais homogêneas, como é natural, pela maior unidade da narrativa histórica.

2. Quanto à segunda objeção não tem procedência prática. Nem sempre os antecedentes da História Brasileira estão no Bra



sil, nem sequer na América. Assim as lutas na fronteira do Sul, tiveram antecedentes em acontecimentos diplomáticos europeus; a vinda da Côrte Portuguêsa tem antecedentes nas guerras napoleônicas; o movimento constitucionalista brasileiro, na revolução liberal da Europa; a queda de Pedro I na sua posição perante o trono português; a invasão holandesa, na incorporação espanhola e na subsequente política de Filipe II; e assim por diante.

3. A objeção quarta divide-se em duas:

3 A - As leituras literárias

3 B - Transcrição de documentos.

Quantos à primeira é a manifestação de uma velha quizília do José Honório pelo aspecto formal e literário. <sup>rio da História</sup> A história é uma Musa, por mais que se faça ciência.

Não acredito que ninguém conheça uma época histórica sem ter lido alguma coisa de típico da literatura do tempo, ou de obras literárias que descrevem a época. Assim a leitura de Balzac e Stendhal é imprescindível para entender a Restauração. Ninguém entenderá a sociedade russa do século XIX sem ler a Guerra e a Paz. Estas leituras não são um sorriso da sociedade, na frase infeliz no nosso Afrânio, mas análises de uma época - não científicas, mas necessárias à boa percepção dos fenômenos sociais.

Assim Eça de Queirós, para o Portugal do Século XIX e Machado de Assis, para o 2º reinado e princípio da República, devem ser indicados para completar a cultura ampla de um período. Ocorre logo a objeção dos perigos da deformação, com o exemplo de Dumas etc. Mas essa deformação é um fenômeno que precisa ser fo-



calizado, por sua vez. Uma figura é historicamente considerada de um modo; mas a lenda, que acompanha sempre a fama, a deforma e na imaginação popular ela está fixada não como está na História, mas nas páginas de uma obra literária. E' preciso que isto seja citado, e que os alunos saibam compreender que todo acontecimento histórico transcende a narrativa histórica, repercute fora da ciência histórica - no folk-lore, na literatura etc.

Na crise de leitura, que é um dos fenômenos alarmantes da mocidade de nosso tempo, tudo que se fizer no sentido de chamar a atenção dos moços para obras literárias será salutar.

Além disso esta idéia não é uma novidade minha. E' coisa velha e revelha nos compêndios americanos. Tomo ao acaso, um dos excelentes que estão ao meu alcance. - O de LYNN BARNARD e A. O. ROORBACH - Epochs of World Progress, New-York, 1928. No fim de cada capítulo indicam-se leituras de Historic Novels - (Lá estão os Últimos dias de Pompéia, O Yankee na côrte do rei Artur, Ivanhoe etc.)

Outro, o de W. F. GORDEY, History of the <sup>Uni</sup>limited States. N.Y. - êste de 1922 - No fim de cada capítulo lá vem FICTION - e seguem-se os romances históricos que fazem os alunos interessarem-se pelos personagens. Enfim o excelente Living in our America de JAMES QUILLEN e E. KRUG, de 1951 - além dos trabalhos literários, ainda junta filmes e discos.

Vejamos agora o que diz uma recente publicação de técnicos no ensino da História dirigida por L. JOSSERAND (L'En -





seignement de l'Histoire - Préface d'E. Herriot. - Cahiers de Pédagogie Moderne - Paris, 1951.) As indicações literárias devem ser feitas com a maior reserva diz G. RUSTIN - p. 120 - "mas para alimentar e estimular a imaginação". "Até os romances mais suspeitos poderão, nesse sentido, prestar os maiores serviços. Alain, que sustenta com exagêro que nêles e nas memórias encontra-se a melhor cultura histórica, afirma que Seignabos dizia aos estudantes que - com referência a Luís XIII e Luís XIV, nada supera a lenda dos Mosqueteiros, que acompanha de perto as memórias do tempo. E o prof. Lèvy-Schneider, da Faculdade de Lyon, recomendava reviver em imaginação o tempo da Revolução através do Dieux ont soif".

Parece inútil repetir que não se pretende fazer ciência histórica através dos romances, mas criar uma atmosfera de curiosidade para o período a ser estudado.

Quanto à objeção que chamaremos 4 B, de que é impossível a inclusão de documentos históricos fundamentais, depende da extensão que se der ao têrmo fundamental. Se se tomar no sentido de fundamental - para o aluno secundário - não sòmente é possível, como tem sido feito em inúmeros casos. Não vejo como seja impossível transcrever a Carta de Caminha, um foral de capitania, duas ou três cartas de jesuítas, extratos dos depoimentos de Tiradentes, o ato de abdicação de D. Pedro I, a despedida de D. Pedro II, etc. Voltando ao professor francês que acabamos de citar, (loc cit) lemos:

"Penso que devemos utilizar largamente o texto histórico, a partir do curso médio". "Basta o texto, aos



alunos maiores para apreenderem ao vivo o pensamento, as opiniões e os projetos dos personagens. Uma proclamação de Napoleão, o fragmento de uma conversa com um embaixador... ou um lanço do Memorial ... falam mais eloquentemente que os mais expressivos retratos do Imperador".

A objeção 5 tem fundamento. Parece-me que fica atendida invertendo-se a ordem das unidades IV e V.

A objeção 6 é aparentemente certa. Mas a verdade é que o aspecto político da História do Império é o que está realmente estudado. Os estudos econômicos estão enquadrados nas unidades em que a economia é estudada preferentemente. Dar precedência aos estudos econômicos no período é entrar no terreno das hipóteses e das polêmicas. Não é ciência feita. Calógeras que sabia história econômica mais que todos em seu tempo, relegou-a a segundo plano no estudo do Império.

Eis aí, meu caro dr. Lessa, o que me ocorreu a propósito das objeções de meu bom e culto amigo José Honório.

Muito seu admirador

A. Lacombe

Notas tomadas de uma conversa com o Dr. José Honorio Rodrigues, em 18 de novembro de 1953, sobre o plano do manual de história do Brasil formulado pelo Dr. Americo Jacobina Lacombe.

1 - Acha uma grande desproporção entre os capítulos consagrados ao Império (9) ~~com~~ os consagrados ao período colonial, muito mais extenso (apenas 8).

2 - Não compreende porque o preâmbulo, em cada unidade, deve tratar dos "precedentes históricos do tema", os quais devem constar da unidade anterior.

3 - Não vê a necessidade de dois tomos, cada um com 400 páginas.

4 - Não vê que seja necessária a indicação de trabalhos literários, nem que seja possível a inclusão de documentos históricos fundamentais.

5 - Acha que no plano das unidades não se deveria separar os fatores econômicos dos fatos históricos a que eles precedem. Por exemplo, o açúcar motivou a invasão holandesa; o gado e a mineração motivaram a expansão territorial.

6 - No período do império, o fator econômico ficou muito acessório em relação ao político (está mencionado nas unidades 9, 14 e 17).

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO -

Prof. Jayme Coelho

HISTÓRIA DA HISTÓRIA DO BRASIL

Programa

- 1 - Metodologia histórica - regras essenciais.
- 2 - Como se deve escrever a História do Brasil - antigos e novos conceitos.
- 3 - Disciplinas auxiliares.
- 4 - Fontes.
- 5 - Obras diversas. Histórias gerais, Monografias, repertórios, enciclopédias, dicionários, catálogos, trabalhos cartográficos, bibliografias, revistas, diários, memórias, anuários, biografias, autobiografias, periódicos, estatísticas, correspondências, roteiros, relatos de viagens e de explorações.
- 6 - Arquivos, bibliotecas, museus, coleções particulares. Estabelecimentos de alta cultura (Faculdades, Escolas, Institutos, Sociedades).
- 7 - Congressos de História do Brasil e de História da América.
- 8 - A contribuição estrangeira.
- 9 - Os nossos principais historiadores.
- 10 - Vista de conjunto sobre o estado atual dos estudos históricos no Brasil.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1953

Exmos. Srs.

Professôres E. Simões de Paula e Pedro Moacyr de Campos

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Rua Maria Antonia, 294

São Paulo - São Paulo

Prezados Professôres:

Depois de recebido o parecer, que fôra pedido a V.Exas. em carta de 5 de agosto findo, sôbre o plano, elabora do pelo Prof. Carlos Delgado de Carvalho, de um manual de histé ria geral para professôres secundários, foi o mesmo encaminhado ao autor. Manifestou êle imediatamente o desejo de que o refe rido parecer só fosse publicado conjuntamente com a sua respos ta. Desta, que me foi entregue hoje, vai inclusa uma cópia. Tanto o Prof. Mário de Brito, Diretor Executivo da Campanha que está promovendo a publicação dos manuais, como eu, que nela co laboro, estamos de pleno acôrdo em achar justificado o desejo da publicação conjunta.

Devo comunicar a V.Exas. que, já antes de re cebido o seu parecer, o Professor Delgado de Carvalho, devido a sugestão vinda de outra fonte, tinha resolvido incluir no seu plano algumas unidades especiais sôbre o desenvolvimento das ciências, das letras e das artes, em diversos periodos, tornan do assim explícito o seu ponto de vista, já indicado no item 4 da parte do seu plano em que programa a apresentação de cada uni dade. Cópia do plano revisto vai também anexa.

Aproveito a oportunidade para transmitir-lhes também um estudo sob o título "Notas coligidas sôbre os estudos sociais no curso secundário", que o Prof. Delgado de Carvalho me apresentou por ocasião da entrega do plano de sua autoria.

Queiram V.Exas. aceitar os nossos mais cordiais agradecimentos pela remessa do seu parecer, cuja elaboração foi sem dúvida um acréscimo às importantes tarefas que consomem o seu precioso tempo.

Com o maior apreço, subscrevo-me

Dr. Gustavo Lessa  
Caixa Postal 1805-Rio-D.F.

Rio, 5 de agosto de 1953

Exmo. Sr.  
Prof. Euripedes S. de Paula  
Rua Ilheos, 366  
São Paulo - S.P.

Prezado Prof. Euripedes S. de Paula:

O Serviço que o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos confiou à minha direção está incumbido de organizar uma série de manuais destinados a professores do ensino secundário. Tais manuais teriam por objetivo apresentar uma concepção da matéria a ser ensinada e do método de ensiná-la que permitisse satisfazer melhor as necessidades reais do adolescente, e estimulasse mais a sua capacidade de reflexão do que a sua memória.

Como se trata de trabalhos sem nenhum poder coercitivo e que serão oferecidos como simples sugestões, os autores não ficam adstritos nem aos programas, nem à seriação oficial.

A nosso pedido, o Prof. Carlos Delgado de Carvalho organizou o plano incluso de um manual para o ensino de história geral. Ele concordou na necessidade de que semelhante plano fôsse submetido à crítica de outras autoridades no assunto. Foi logo lembrado o seu nome, e tomo a liberdade de vir solicitar-lhe o seu parecer, com a possível urgência.

Antecipando os mais cordiais agradecimentos, subscrevo-me com elevado apreço,

Dr. Gustavo Lessa  
Caixa Postal 1805-Rio

Rio, 5 de agosto de 1953

Exmo. Sr.  
Prof. Eduardo d'Oliveira França  
Rua Mapoeira, 26  
São Paulo - S.P.

Prezado Prof. Eduardo d'Oliveira França:

O Serviço que o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos confiou à minha direção está incumbido de organizar uma série de manuais destinados a professores do ensino secundário. Tais manuais teriam por objetivo apresentar uma concepção da matéria a ser ensinada e do método de ensiná-la que permitisse satisfazer melhor as necessidades reais do adolescente, e estimulasse mais a sua capacidade de reflexão do que a sua memória.

Como se trata de trabalhos sem nenhum poder coercitivo e que serão oferecidos como simples sugestões, os autores não ficam adstritos nem aos programas, nem à seriação oficial.

A nosso pedido, o Prof. Carlos Delgado de Carvalho organizou o plano incluso de um manual para o ensino de história geral. Ele concordou na necessidade de que semelhante plano fosse submetido à crítica de outras autoridades no assunto. Foi ligo lembrado o seu nome, e tomo a liberdade de vir solicitar-lhe o seu parecer, com a possível urgência.

Antecipando os mais cordiais agradecimentos, subscrevo-me com elevado apreço,

Dr. Gustavo Lessa  
Caixa Postal 1805-Rio

Rio, 5 de agosto de 1953

Exa. Sra.

Prof. Alice P. Canabrava

Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas

Rua Dr. Vila Nova, 268

São Paulo - S.P.

Prezada Prof. Alice P. Canabrava:

O Serviço que o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos confiou à minha direção está incumbido de organizar uma série de manuais destinados a professores do ensino secundário. Tais manuais teriam por objetivo apresentar uma concepção da matéria a ser ensinada e do método de ensiná-la que permitisse satisfazer melhor as necessidades reais do adolescente, e estimulasse mais a sua capacidade de reflexão do que a sua memória.

Como se trata de trabalhos sem nenhum poder coercitivo e que serão oferecidos como simples sugestões, os autores não ficam adstritos nem aos programas, nem à seriação oficial.

A nosso pedido, o Prof. Carlos Delgado de Carvalho organizou o plano incluso de um manual para o ensino de história geral. Ele concordou na necessidade de que semelhante plano fôsse submetido à crítica de outras autoridades no assunto. Foi logo lembrado o seu nome, e tomo a liberdade de vir solicitar-lhe o seu parecer, com a possível urgência.

Antecipando os mais cordiais agradecimentos, subscrevo-me com elevado aprêço,

Dr. Gustavo Lessa

Caixa Postal 1805-Rio



Rio, 9 de julho de 1953

Exmo. Sr.

Prof. Dante de Laytano

Faculdade de Filosofia

Universidade do Rio Grande do Sul - Pôrto Alegre

Prezado Prof. Laytano:

O Serviço que o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos confiou à minha direção está incumbido de organizar uma série de manuais destinados a professôres do ensino secundário. Tais manuais teriam por objetivo apresentar uma concepção da matéria a ser ensinada e do método de ensiná-la que permitisse satisfazer melhor as necessidades reais do adolescente, e estimulasse mais a sua capacidade de reflexão do que a sua memória.

Como se trata de trabalhos sem nenhum poder coercitivo e que serão oferecidos como simples sugestões, os autores não ficam adstritos nem aos programas, nem à seriação oficial.

A nosso pedido, o Prof. Americo Jacobina Lacombe organizou o plano incluso de um manual para o ensino de história do Brasil. Ele concordou na necessidade de que semelhante plano fôsse submetido à crítica de outras autoridades no assunto. Foi logo lembrado o seu nome, e tomo a liberdade de vir solicitar-lhe o seu parecer, com a possível urgência.

Antecipando os mais cordiais agradecimentos, subscrevo-me com elevado aprêço,

Dr. Gustavo Lessa

Caixa Postal 1805-Rio

Rio, 9 de julho de 1953

Exmo. Sr.  
Prof. Dr. José Wanderley Pinho  
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras  
Avenida Joana Angelica, 183  
Salvador - Bahia

Prezado Prof. Dr. Wanderley Pinho:

O Serviço que o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos confiou à minha direção está incumbido de organizar uma série de manuais destinados a professores do ensino secundário. Tais manuais teriam por objetivo apresentar uma concepção da matéria a ser ensinada e do método de ensiná-la que permitisse satisfazer melhor as necessidades reais do adolescente, e estimulasse mais a sua capacidade de reflexão do que a sua memória.

Como se trata de trabalhos sem nenhum poder coercitivo e que serão oferecidos como simples sugestões, os autores não ficam adstritos nem aos programas, nem à seriação oficial.

A nosso pedido, o Prof. Americo Jacobina Lacombe organizou o plano incluso de um manual para o ensino de história do Brasil. Ele concordou na necessidade de que semelhante plano fôsse submetido à crítica de outras autoridades no assunto. Foi logo lembrado o seu nome, e tomo a liberdade de vir solicitar-lhe o seu parecer, com a possível urgência.

Antecipando os mais cordiais agradecimentos, subscrevo-me com elevado apreço,

Dr. Gustavo Lessa  
Caixa Postal 1805-Rio

Rio, 9 de julho de 1953

Exmo. Sr.  
Prof. Helio Vianna  
Rua Alexandre Ferreira, 55  
Nesta

Prezado Prof. Helio Vianna:

O Serviço que o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos confiou à minha direção está incumbido de organizar uma série de manuais destinados a professores do ensino secundário. Tais manuais teriam por objetivo apresentar uma concepção da matéria a ser ensinada e do método de ensiná-la que permitisse satisfazer melhor as necessidades reais do adolescente, e estimulasse mais a sua capacidade de reflexão do que a sua memória.

Como se trata de trabalhos sem nenhum poder coercitivo e que serão oferecidos como simples sugestões, os autores não ficam adstritos nem aos programas, nem à seriação oficial.

A nosso pedido, os Professores Carlos Delgado de Carvalho e Americo Jacobina Lacombe organizaram os planos inclusos de manuais para o ensino de história geral e história do Brasil. Eles concordaram na necessidade de que semelhantes planos fôsem submetidos à crítica de outras autoridades no assunto: Foi logo lembrado o seu nome, e tomo a liberdade de vir solicitar-lhe o seu parecer, com a possível urgência.

Antecipando os mais cordiais agradecimentos, subscrevo-me com elevado apreço,

Dr. Gustavo Lessa  
Caixa Postal 1805-Rio

Rio, 9 de julho de 1953

Exmo. Sr.

Prof. Eremildo Vianna

Rua Alexandre Ferreira, 86 - apt. 302

Nesta

Prezado Prof. Eremildo Vianna:

O Serviço que o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos confiou à minha direção está incumbido de organizar uma série de manuais destinados a professores do ensino secundário. Tais manuais teriam por objetivo apresentar uma concepção da matéria a ser ensinada e do método de ensiná-la que permitisse satisfazer melhor as necessidades reais do adolescente, e estimulasse mais a sua capacidade de reflexão do que a sua memória.

Como se trata de trabalhos sem nenhum poder coercitivo e que serão oferecidos como simples sugestões, os autores não ficam adstritos nem aos programas, nem à seriação oficial.

A nosso pedido, os Professores Carlos Delgado de Carvalho e Americo Jacobina Lacombe organizaram os planos inclusos de manuais para o ensino de história geral e história do Brasil. Eles concordaram na necessidade de que semelhantes planos fôssem submetidos à crítica de outras autoridades no assunto. Foi logo lembrado o seu nome, e tomo a liberdade de vir solicitar-lhe o seu parecer, com a possível urgência.

Antecipando os mais cordiais agradecimentos, subscrevo-me com elevado apreço,

Dr. Gustavo Lessa

Caixa Postal 1805-Rio

Rio, 9 de julho de 1953

Exmo. Sr.  
Prof. Jayme Coelho  
Rua Ibituruna, 12 - casa 14  
Nesta

Prezado Prof. Jayme Coelho:

O Serviço que o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos confiou à minha direção está incumbido de organizar uma série de manuais destinados a professores do ensino secundário. Tais manuais teriam por objetivo apresentar uma concepção da matéria a ser ensinada e do método de ensiná-la que permitisse satisfazer melhor as necessidades reais do adolescente, e estimulasse mais a sua capacidade de reflexão do que a sua memória.

Como se trata de trabalhos sem nenhum poder coercitivo e que serão oferecidos como simples sugestões, os autores não ficam adstritos nem aos programas, nem à seriação oficial.

A nosso pedido, os Professores Carlos Delgado de Carvalho e Americo Jacobina Lacombe organizaram os planos inclusos de manuais para o ensino de história geral e história do Brasil. Eles concordaram na necessidade de que semelhantes planos fôsem submetidos à crítica de outras autoridades no assunto. Foi logo lembrado o seu nome, e tomo a liberdade de vir solicitar-lhe o seu parecer, com a possível urgência.

Antecipando os mais cordiais agradecimentos, subcrevo-me com elevado apreço,

Dr. Gustavo Lessa  
Caixa Postal 1805-Rio

Rio, 9 de julho de 1953

Exmo. Sr.

Prof. James Braga Vieira da Fonseca

Rua Allan Kardec, 50 - casa 37

Nesta

Prezado Prof. Vieira da Fonseca:

O Serviço que o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos confiou à minha direção está incumbido de organizar uma série de manuais destinados a professores do ensino secundário. Tais manuais teriam por objetivo apresentar uma concepção da matéria a ser ensinada e do método de ensiná-la que permitisse satisfazer melhor as necessidades reais do adolescente, e estimulasse mais a sua capacidade de reflexão do que a sua memória.

Como se trata de trabalhos sem nenhum poder coercitivo e que serão oferecidos como simples sugestões, os autores não ficam adstritos nem aos programas, nem à seriação oficial.

A nosso pedido, os Professores Carlos Delgado de Carvalho e Americo Jacobina Lacombe organizaram os planos inclusos de manuais para o ensino de história geral e história do Brasil. Eles concordaram na necessidade de que semelhantes planos fôssem submetidos à crítica de outras autoridades no assunto. Foi logo lembrado o seu nome, e tomo a liberdade de vir solicitar-lhe o seu parecer, com a possível urgência.

Antecipando os mais cordiais agradecimentos, subcrevo-me com elevado apreço,

Dr. Gustavo Lessa

Caixa Postal 1805-Rio

Rio, 9 de julho de 1953

Exmo. Sr. *Brigido*  
Prof. Roberto Brigido da Fonseca  
Rua Marquês de Abrantes, 219  
Nesta

Prezado Prof. Brigido da Fonseca:

O Serviço que o Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos confiou à minha direção está incumbido de organizar uma série de manuais destinados a professores do ensino secundário. Tais manuais teriam por objetivo apresentar uma concepção da matéria a ser ensinada e do método de ensiná-la que permitisse satisfazer melhor as necessidades reais do adolescente, e estimulasse mais a sua capacidade de reflexão do que a sua memória.

Como se trata de trabalhos sem nenhum poder coercitivo e que serão oferecidos como simples sugestões, os autores não ficam adstritos nem aos programas, nem à seriação oficial.

A nosso pedido, os Professores Carlos Delgado de Carvalho e Americo Jacobina Lacombe organizaram os planos inclusos de manuais para o ensino de história geral e história do Brasil. Eles concordaram na necessidade de que semelhantes planos fossem submetidos à crítica de outras autoridades no assunto. Foi logo lembrado o seu nome, e tomo a liberdade de vir solicitar-lhe o seu parecer, com a possível urgência.

Antecipando os mais cordiais agradecimentos, subscrevo-me com elevado apreço,

Dr. Gustavo Lessa  
Caixa Postal 1805-Rio

P.S. - Depois de escrita esta, julguei que talvez fosse mais cômodo a V.S., em lugar de enviar o seu parecer escrito, expô-lo verbalmente numa reunião a que compareceriam os dois autores dos planos. A mesma se efetuará a 20 do corrente, às 14 horas, na séde do Serviço - Avenida Marechal Câmara, 160, sala 902. Peço com muito empenho o seu comparecimento.

Tels.: 42-1477 (de 9 ao 1/2 dia)

46-4010 - R. 10 (de 14 às 17 1/2)





Benedita Melo.

Suspetora regional do ensino, designada  
pelo Governo do Estado de Minas,  
para dirigir a Escola de Ciências  
Domésticas de Viçosa - por indicação  
de D. Helena Antipoff.

Universidade Rural de Minas. Gerais  
Diretor - Joaquim Mattos (E. Superior de  
Rector - Dr. Joaquim Fernandes Braga <sup>agricultura</sup>  
Consultora técnica de E. Doméstica f:  
a E. de C. Doméstica - Miss Anita  
Dickson.

Prof. de vestuário e decoração de lar de  
E. de C. Doméstica - Erustino Cotta.



# ESCOLA DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS

DA

UNIVERSIDADE RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

— VIÇOSA —

N.º

Em de

de 19

Assunto

Expedido

Viçosa, 11 de fevereiro de 1953.

Prezado Senhor,

Tomamos a liberdade de enviar a V.S. algumas informações sobre a Escola de Ciências Domésticas, de Viçosa. Estamos certos de que o Colégio, sob a competente direção de V.S., conta com alunas e ex-alunas que se interessam por uma educação familiar mais especializada tendo em vista a missão futura da quasi totalidade das moças no governo do lar, no exercício de outras funções na sociedade, em uma profissão tipicamente feminina.

A Escola de Ciências Domésticas de Viçosa, que é uma das Unidades da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, fará funcionar neste ano de 1953, dois cursos e, brevemente, dentro do seu programa de realizações, o Curso Superior de Ciências Domésticas.

Os dois cursos mencionados são os seguintes:

1º Curso de Administradoras do Lar - Com duração de um ano, este curso cuidará do treinamento e preparo intensivo de moças para variados serviços de importância vital na sociedade, quer nas cidades como nos campos. Várias organizações, como o Serviço de Extensão da nossa Universidade Rural, a ACAR (Associação Crédito e Assistência Rural), o Serviço de Orientação Técnica do Ensino Rural (SOTER), têm necessidade de elementos com o preparo ministrado pelo Curso. ~~75~~ 133 alunas que se diplomarão, em março, não preencherão ainda as vagas existentes nas organizações que solicitam moças com treino eficiente em Ciências Domésticas.

Dentre as disciplinas que serão ministradas, contam-se: Nutrição e Preparo de Alimentos, Decoração do Lar, Vestuário (Corte e Costura), Arte Aplicada, Puericultura e Enfermagem, Educação Familiar, Higiene, etc.

As exigências para matrícula no curso de Administradoras do Lar:

- a) Requerimento à Diretora.
- b) Atestado de sanidade.
- c) Atestado de conduta firmado por pessoa responsável.
- d) Certidão de registro civil provando ter 18 anos de idade, no mínimo.
- e) Apresentação de títulos ou certificados que, porventura, tenha.
- f) Prova de pagamento do depósito de sinal (R\$ 100,00).

2º Curso Técnico de Economia Doméstica - Com a duração de três anos, o Curso Técnico de Economia Doméstica está organizado nos moldes dos cursos técnicos oficiais, ministra, além do técnico, ensino propedêutico e visa acesso à Escola Superior de Ciências Domésticas.

Com o título de Técnica em Economia Doméstica, além do preparo para as atividades do lar e as demais enunciadas acima para o Curso de um ano, a moça estará apta para preencher necessidades urgentes dos Ginasios e escolas normais com referência à Economia Doméstica e novas organizações desse gênero novo no País.

As exigências para a matrícula no curso Técnico de Economia Doméstica:

- 1) Requerimento à Diretora.
- 2) Certificado de conclusão do curso secundário (1º ciclo), do curso normal ou de cursos equivalentes.
- 3) Certidão de registro civil.
- 4) Atestado de sanidade física e mental.
- 5) Atestado de conduta firmado por uma pessoa responsável.

Curso Superior de Ciências Domésticas - Dentro do seu plano, a Escola de Ciências Domésticas da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, fará funcionar, oportunamente, o seu Curso Superior de Ciências Domésticas, que graduará bachareis em Ciências Domésticas.

Este programa de Educação e Treinamento para moças conta com a colaboração de professores de alto nível intelectual da UREMG.

A Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais apoiou, apreciavelmente, a iniciativa, designando elementos para direção, além de criar bolsas de estudos.

A Escola de Ciências Domésticas tem tido a colaboração da IIAA, a inestimável ajuda da Universidade de Purdue, Indiana, EEUU, oferecendo orientação técnica e, além disso, bolsas para especialização e treinamento das melhores alunas nas Universidades Americanas. Presentemente, duas alunas empenhadas em Ciências Domésticas e Serviço de Extensão frequentam um Instituto especial, na Universidade do Texas.

Quaisquer informações referentes aos cursos, as interessadas devem dirigir-se à Secretaria Geral da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - E.F.L. - Viçosa - Minas Gerais.

Grata pela atenção, apresento, nesta oportunidade a V.S.as minhas mais

Cordiais Saudações.

*B. Melo*

---

Diretora da Escola de Ciências Domésticas

## UNIVERSIDADE RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Viçosa

CONDIÇÕES PARA INGRESSO NO CURSO DE UM ANO DA ESCOLA DECIÊNCIAS DOMÉSTICAS

Das candidatas ao <sup>C</sup> curso <sup>de administradoras do lar</sup> na ~~Escola de Ciências Domésticas~~ serão exigidos os seguintes documentos:

- a) Requerimento à Diretora.
- b) Atestado de Sanidade.
- c) Atestado de Vacina.
- d) Certidão de registro civil provando ter <sup>18</sup> anos ou mais, ~~excetuadas as que apresentem certificado de conclusão do curso colegial.~~
- e) Prova de pagamento do depósito de sinal (R\$ 100,00).

As candidatas serão submetidas a um exame de seleção no dia <sup>24</sup> de ~~junho~~ <sup>fevereiro</sup>. Dentre todas serão escolhidas as <sup>35</sup> que obtiverem as melhores classificações.

As vagas são <sup>35</sup> das quais 20 para o internato e as restantes <sup>15</sup> para o externato.

Terão direito ao internato as primeiras classificadas, preferencialmente mineiras não residentes na cidade de Viçosa, observada a ordem de inscrição (depósito de sinal).

A duração do curso será de 1 ano a começar em primeiro de ~~agosto~~ <sup>março</sup> de 1952.

T a x a s

	Internato-Pre- tação	Seminternato Prestação	Externato Prestação
Pensão	900,00	700,00	
Laboratório	150,00	150,00	150,00
Desportos	30,00	30,00	30,00
Saúde	50,00	50,00	50,00
Biblioteca	20,00	20,00	20,00
Total parcial	1.150,00	950,00	250,00
Total anual	4.600,00	3.800,00	1.000,00

São 4 as prestações pagas: a 1º de março, 1º de maio, 1º de agosto e 1º de outubro. Além dessas taxas, devem ser depositados, previamente, R\$ 100,00 que garantirão o lugar às candidatas aprovadas no exame de seleção e classificadas nos <sup>35</sup> primeiros lugares.

1. As candidatas deverão trazer roupa de cama.
2. Os pedidos de informação e qualquer correspondência relacionada com o curso, devem ser dirigidos à Secretaria Geral da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, em Viçosa, Minas, E.F.L.

Nº	Materias	Aulas		Total de horas Semestre	Nº de aulas por Semestre	Credi- ti	Professores	Nº	Materias	Aulas		Horas por Sem-ana	Aulas por Se- mestre	Credi- to	Professo- res
		T	P							T	P				
1	Anatomia e Fisiologia	1	1	3	16 + 16	2	Faria	1	Complementos Gerais	2	0	2	32 + 0	2	Varios
2	Ciencias Fisicas e Naty	1	1	3	16 + 16	2	Berta	2	Horticultura Jardinagem	0	2	4	0 + 32	2	Couto
3	Higiene	1	1	3	16 + 16	2	Anibal	3	Puericultura Enfermagem	1	2	5	16 + 32	2	Ananery
4	Nutricao e Prep. de Al.	1	(1+2) 4	9	16 + 48	4	Dickson	4	Nutricao e Prep. de Al.	1	(1+2) 4	9	16 + 48	4	Dickson
5	Organização Dec. de Lar	0	3	6	0 + 48	3	Dickson	5	Organização Dec. de Lar	0	3	6	0 + 48	3	Dickson
6	<i>Vestuario</i> Corte e Cos- tura	0	3	6	0 + 48	3	<i>Ernestina Costa</i> Dickson	6	Corte e Cos- tura	0	3	6	0 + 48	3	Dickson
7	Noções de Zo- otecnia	1	1	3	16 + 16	2	Matoso	7	Noções de Zo- otecnia	1	1	3	16 + 16	2	Matoso
8	OPT: Artes-Chaufe- ragem	0	2	2	0 + 32	1	Varias	8	OPT Artes-Chaufe- ragem	0	2	2	0 + 32	1	Varios
TOTALS		5	15	35	80 + 250	19				5	16	37	80 + 246	19	

## Observações:

## a) No primeiro semestre

1- Optativo- Serão oferecidos os cursos seguintes:

- a) Musica ( I Piano  
(II Acordeon

- b) Pintura I
- c) Recreação
- d) Encadernação

2- Somente no 2º será oferecido o curso de chaufferagem

## b) No segundo semestre

2 - COMPLEMENTOS GERAIS - serão oferecidos conhecimentos jul-  
gados uteis e necessarios a formação das alunas. Serão  
as seguintes:

- a) Noções de bacteriologia - 12 periodos

b) Noções de contabilidade domestica-7 periodos

c) Sociologia Rural 8 periodos

d) Credito agricola supervisionado 5 periodos

Total 32 periodos

## c) VALOR DAS NOTAS

- Menos de 60 R.
- De 60 a 69 D.
- De 70 a 79 C
- De 80 a 89 B
- De 90 a 100 A

D) CURSO DE FERIAS - Haverá um curso intensivo  
de ferias, com o numero igual de aulas, que se-  
rá previsto em programa a parte.